

Fórum protocola Pauta Unificada e convoca categorias para ato/vigília na primeira negociação

Queremos negociar a reposição das perdas e o conjunto da pauta, que inclui melhorias nas condições de trabalho e estudo, permanência estudantil, financiamento, entre outros

Representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis foram recebidos pela reitora da Unesp e atual presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), professora Maysa Furlan, em 22/4, para o protocolo da **Pauta Unificada de Reivindicações** da data-base 2026. Ela estava acompanhada de seu vice e do chefe de gabinete, respectivamente os professores Cesar Martins e Marcelo dos Santos Pereira.

O coordenador do Fórum das Seis e diretor da Adunesp, João Chaves, ressaltou a necessidade de que as negociações sejam efetivas e que não se limitem ao item salarial. “Temos um conjunto de pontos que se relacionam às condições de trabalho e de estudo, à permanência estudantil e ao financiamento das nossas instituições. É fundamental que o Cruesp dialogue com as entidades sobre todos eles”, disse. Ele destacou a urgência do debate sobre os impactos da reforma tributária no financiamento das universidades. “Embora a transição vá ocorrer progressivamente até 2032, quando o ICMS estará extinto, o Fórum considera decisivo atuar desde já, inclusive com eventuais propostas durante a tramitação da LDO 2027”, pontuou o coordenador, em referência à Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada anualmente pelo Executivo à Assembleia Legislativa e que define os recursos para cada setor do estado no ano seguinte. Outros representantes do Fórum abordaram a mesma questão, solicitando que seja agendada o quanto antes a primeira reunião do grupo de trabalho (GT) sobre financiamento e reforma tributária, recém-criado pelo Cruesp a pedido do Fórum.

A presidente do Cruesp disse concordar com a relevância das discussões



A presidente do Cruesp recebe a Pauta Unificada 2026

sobre o financiamento e se comprometeu a agilizar o agendamento da reunião do GT. Ela entende que, além da Alesp, é preciso uma ação que mostre à sociedade a importância das universidades estaduais. Sobre a data-base, a professora Maysa afirmou o desejo de iniciar as negociações o quanto antes, para que haja tempo para o aprofundamento dos pontos.

A concessão de gratificações pela reitoria da USP foi apontada pelos/as representantes do Fórum como uma medida questionável sob todos os aspectos: uma tentativa de substituir a valorização salarial por penduricalhos e uma desqualificação do papel do Cruesp como centralizador das discussões com o Fórum das Seis sobre remuneração de servidores/as docentes e técnico-administrativos/as.

Índice da campanha está em 15,97% e ainda falta abril na conta

A reivindicação salarial central da Pauta 2026 é a reposição das perdas de maio/2012 a abril/2026. Para voltarmos a maio/2012 – neste mês de abril – seria necessário um índice de 15,97%. Ainda falta a inflação de abril/2026 para termos o total da reivindicação. O não pagamento integral da inflação desde maio/2012 já gerou um prejuízo correspondente a 22,7 salários

para cada servidor/a docente e técnico-administrativo/a.

A íntegra da Pauta está em <https://tinyurl.com/PautaF62026>

Sem mobilização, não tem conquista! Indicativo é de ato na primeira negociação

A iniciativa da reitoria da USP – de conceder gratificações às vésperas da data-base – é um elemento que torna o cenário mais complexo que o habitual.

Reunidas logo após o protocolo da Pauta Unificada, as entidades do Fórum das Seis avaliaram o cenário e a necessidade de amplo envolvimento das categorias na campanha deste ano. A mobilização é o caminho para pressionarmos o Cruesp a negociar efetivamente o reajuste salarial, a reposição de perdas, melhores condições de trabalho e estudo, permanência estudantil e outras reivindicações.

O indicativo do Fórum, a ser posteriormente debatido e referendado pelas entidades em suas assembleias, é de realização de um **ato público/vigília** durante a primeira negociação com os reitores. No dia 30/4 já está marcada reunião entre as equipes técnicas do Cruesp e do Fórum. A data da primeira negociação ainda não está definida, mas deve ser confirmada em breve. Fique de olho nas divulgações.

Greve na USP: Servidores aprovam propostas em assembleia. Estudantes ampliam o movimento

Em greve desde o dia 14/4, os/as servidores/as técnico-administrativos/as da USP realizaram assembleia na tarde de 23/4 e aprovaram as propostas apresentadas pela reitoria, basicamente a concessão de uma gratificação – a ser paga a partir do início de 2027, em torno de R\$ 1.600,00, pelo período de dois anos –, o compromisso do fim do pagamento das horas de pontes e recesso e o compromisso de garantia de mobilidade isonômica no campus Butantã, esta última voltado à situação dos/as trabalhadores/as terceirizados/as. Eles reivindicam a celebração de um acordo de final de greve, no qual constem por escrito as propostas acima, bem como compromisso de não punição e de regularização da frequência nos dias de greve, e o agendamento de reunião de negociação com os estudantes. Nova assembleia está agendada para 24/4.

A greve dos/as servidores/as teve início após o Conselho Universitário da USP aprovar proposta da reitoria de gratificação aos/às docentes (R\$ 4.500,00 mensais, a partir de 2027, com perspectiva de alcançar 80% da categoria).

Após paralisarem em 14/4, os/as estudantes deflagraram greve por tempo indeterminado e aguardam agendamento de negociação com a reitoria. O movimento visa debater as pautas da permanência estudantil e, também, a revisão de medidas que restringem o uso dos espaços estudantis.



No alto, assembleia híbrida do Sintusp, em 23/4, no campus Butantã da USP. Logo acima e à esquerda, ato unificado entre estudantes e servidores, na mesma data
(Fotos: Fernandão/Sintusp)

Editorial da Folha: Universidade pública segue na mira dos privatistas

Tendo a greve na USP como eixo, o jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 21/4/2026, traz editorial intitulado “O eterno retorno das greves de servidores de universidades”. O texto, que pode ser conferido em <https://tinyurl.com/FolhaSPGreve>, fornece dados errados sobre as greves na USP nos últimos 20 anos, expõe informações superficiais sobre greves nas universidades e institutos federais, além de outros erros.

Após citar números do orçamento da USP e dos percentuais destinados ao pagamento de pessoal e à permanência estudantil, conclui dizendo que há uma “pressão orçamentária” nas universidades públicas e que, “mesmo assim, por corporativismo e ideologia, a comunidade acadêmica reluta em revisar o modelo de

financiamento, contemplando a contribuição privada, inclusive de alunos”.

O editorial é fraco e confuso, mas as intenções são claras: a Folha é porta voz da velha e requeitada defesa da cobrança de mensalidades, tão cara à cartilha neoliberal e absolutamente nefasta para o papel social e político desempenhado pelas universidades públicas, de produção de conhecimento e pensamento crítico, necessários para a sustentabilidade da soberania nacional. Os recursos públicos, na opinião desse setor, devem ser enxutos para a educação, a saúde e outros serviços prestados à população, e generosos para a iniciativa privada. Estado mínimo para a população, estado máximo para grandes empresários, banqueiros e cia.